

# Setor público tem déficit de 3,89% do PIB

Brasília – O resultado ainda é ruim, mas é muito melhor do que o esperado e surpreendeu o próprio Governo: o déficit operacional (que exclui variação monetária e cambial) do setor público no ano passado fechou em 3,89% do Produto Interno Bruto (PIB), bem abaixo dos 5% do PIB registrados em 1995 e dos 4,5% do PIB estimados pela equipe econômica. As contas estão sendo concluídas pelo Banco Central e a boa notícia será anunciada nos próximos dias.

A recuperação das finanças dos Estados no segundo semestre foi a principal causa da mudança de tendência de aprofundamento do déficit. “Desde julho a situação dos Estados tem melhorado continuamente em consequência dos ajustes que os governadores estão fazendo e dos acordos negociados com o Governo federal”, disse um graduado integrante da equipe econômica.

Os Estados e municípios ainda registraram déficit primário (que exclui as despesas com juros) de 0,5% do PIB, mas houve queda em relação ao resultado do primeiro semestre. Em julho, o déficit primário acumulado dos Estados e municípios chegou a 0,8% do PIB, quando foram registrados todos os empréstimos concedidos pela Caixa Econômica Federal dentro dos acordos para ajuste fiscal fechados com o Tesouro. No segundo semestre, no entanto, as medidas de cortes de despesas e aumento de receitas adotadas pelos governadores começaram a mostrar resultados, reduzindo o déficit primário.

A melhora dos Estados, no entanto, não foi acompanhada pelas demais esferas de Governo. As estatais tiveram um desempenho pior do que em 1995, com deterioração nas contas do resultado primário. O

resultado do Tesouro também ficou abaixo das expectativas, com um déficit operacional de 1,27% do PIB, pouco abaixo dos 1,4% do PIB registrados em 1995, apesar da queda na taxa de juros. A piora no caso do Tesouro ficou por conta da queda no superávit primário de 0,6% do PIB em 1995 para 0,38% do PIB, em 1996.

O déficit público é considerado pela equipe econômica a maior ameaça ao Plano Real e, por isso, o Governo está empenhado em dar o exemplo este ano. A meta é fechar as contas do Tesouro em 1997 com um superávit primário de 1,5% do PIB. Para atingir essa meta, os técnicos do Ministério do Planejamento estão trabalhando em cortes no Orçamento aprovado pelo Congresso. O total dos cortes e os projetos afetados, no entanto, só serão anunciados depois da votação em segundo turno da emenda da reeleição, marcada para o dia 26. Os cortes devem atingir projetos de deputados e um anúncio antecipado poderia provocar problemas na votação da emenda. Por isso, o presidente Fernando Henrique Cardoso só deve sancionar o Orçamento, com os cortes, no dia 28, quando termina o prazo previsto na legislação.

O valor dos cortes depende da nova previsão de arrecadação, que foi alterada porque as condições mudaram desde que a proposta foi enviada ao Congresso, em agosto do ano passado. A previsão de inflação para este ano era de 9% e está sendo revista para baixo. Além disso, houve mudanças na legislação tributária. Apesar do empenho do Governo em reduzir o déficit, a decisão do Supremo Tribunal Federal de conceder a 11 servidores civis o reajuste salarial de 28,86% concedido aos militares em 1993 poderá afetar seriamente as metas para este ano. Os demais servidores deverão entrar na Justiça para reivindicar o mesmo reajuste, mas é praticamente certo que ganharão a causa, pois a decisão cria jurisprudência.